

**HABEAS CORPUS Nº 482.284 - RJ (2018/0323810-1)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : MARCOS DAVID SILVA THOMPSON JUNIOR**  
**ADVOGADO : MARCOS DAVID SILVA THOMPSON JUNIOR - RJ0149573**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : LUCAS DA SILVA BASILIO (PRESO)**

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de LUCAS DA SILVA BASILIO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n. 0062294-59.2018.8.19.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 19/3/2017 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 35, da Lei n. 11.343/06 (associação para o tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em preventiva, tendo o Magistrado de primeiro grau indeferido, ainda, o pedido de revogação da prisão.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão que restou assim ementado, *in verbis*:

**HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE ENTORPECENTES.** *Paciente preso em flagrante delito, em 21.09.18, e, posteriormente, denunciado pela suposta prática do crime previsto no artigo 35 da Lei 11.343/06, eis que se encontrava em ponto conhecido pela prática do tráfico de entorpecentes, portando um rádio transmissor em funcionamento. Pleito de revogação da custódia cautelar.*

*Alegação de desnecessidade de manutenção da custódia, bem como de que a decisão que denegou a liberdade provisória estaria eivada de nulidade, por não apresentar motivação idônea para a manutenção da prisão. Afirmação de que, embora o paciente responda a outra ação penal, pela suposta prática de crime de roubo, não teria sido reconhecido pela vítima como um dos autores do fato, em sede de AIJ. Pretensão de acolhimento da tese de violação ao princípio da homogeneidade. Não cabimento. Decisão hostilizada que se deu após a análise das circunstâncias concretas do evento, que ensejaram a identificação da presença do *fumus comissi delicti*, bem como do *periculum libertatis*. Paciente denunciado pela prática de crime, em tese, previsto no artigo 35 da Lei 11.343/06, cuja pena máxima é de 10 (dez) anos de reclusão, o que autoriza a imposição da custódia cautelar. O contexto fático apontado sustenta a presença dos requisitos previstos no artigo 312 do CPP, notadamente a necessidade de garantia da ordem*

*pública, pois há nos autos indícios de que o paciente integra a facção criminosa autointitulada “Comando Vermelho”. Não configuração, neste momento e sede processual, da alegada violação ao princípio da homogeneidade. Paciente que responde a outra ação penal e certo é que o fato de ser primário e não ostentar antecedentes criminais, por si só, não inviabiliza a manutenção da custódia cautelar, desde que presentes os requisitos de decretação da medida, como é o caso dos autos, em que o Juízo originário entendeu necessária a custódia. DENEGAÇÃO DA ORDEM pleiteada e manutenção da custódia cautelar do Paciente, nos termos em que decretada pelo Juízo originário. (fls. 72/73).*

No presente recurso, alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP, de modo que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada.

Ressalta que o réu respondeu solto à ação penal utilizada para demonstrar o risco de reiteração delitiva, tendo sido absolvido ao final da instrução.

Destaca as condições pessoais favoráveis do paciente e assevera ser suficiente, no caso concreto, a aplicação de medida alternativa ao cárcere insculpida no art. 319 do CPP.

Pondera que a manutenção da custódia cautelar seria desproporcionalmente severa, uma vez que, caso reste condenado, o paciente iniciará o resgate da reprimenda em regime aberto e fará jus à substituição da pena corporal por restritivas de direito.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva, aplicando-se, subsidiariamente, medidas menos gravosas.

Indeferida a liminar (fls. 80/82) e informações prestadas (fls. 88/93 e 96/100), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 104/110).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Dos informes obtidos na página eletrônica do Tribunal de origem, verifica-se que em 23/1/2019, foi expedido alvará de soltura em favor do ora paciente.

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto deste *mandamus*.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do

Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 16 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

